

'Parlamentarismo deve passar'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu ontem, pela primeira vez, que o parlamentarismo deve ser aprovado na Comissão de Sistematização e que essa tendência deve se repetir no plenário. "Os dados e estatísticas que chegam da Comissão de Sistematização favorecem o parlamentarismo. E de se presumir que essa tendência se projete para o plenário" — disse ele.

Ulysses Guimarães não quis comentar as possíveis reações do presidente Sarney contra a mudança do sistema de governo, salientando que está acompanhando "a evolução dos

acontecimentos e já declarou que não é infenso ao diálogo". Informou ainda que deverá conversar pessoalmente com o presidente da República sobre o assunto, para que "os fatos possam ser interpretados e tomadas as decisões".

O presidente da Constituinte, que até agora defendeu abertamente a manutenção do presidencialismo, declarou que a sua posição de presidente nacional do PMDB foi sempre a de "intérprete da vontade majoritária" do seu partido. Segundo ele, se o PMDB optar majoritariamente pelo parlamentarismo, essa vontade será por ele acatada. "Mesmo porque — ressaltou — existem várias formas de parlamentarismo, como a do se-

nador Afonso Arinos, que tem dose bastante ponderável de presença presidencialista, através dos poderes do presidente da República".

Ulysses não quis antecipar, contudo, como seria a implantação do parlamentarismo no País, se de forma gradual ou a partir da promulgação da nova Constituição. "As negociações ainda estão em andamento. As nuances ou o gradualismo não foram definidos." Ulysses Guimarães observou, ainda, que o momento de transição que o País atravessa está contribuindo para que as questões que deveriam ser tratadas na parte das disposições transitórias tenham uma "influência quase que decisiva na parte permanente".



Alencar Monteiro - 23/02/87
Ulysses Guimarães

Comissão tem só 15 dias para votar destaques

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Caso a Comissão de Sistematização não consiga votar no prazo de 15 dias (de hoje a 8 de outubro), o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral mais os 8.374 pedidos de destaques (votação em separado de emendas ou trechos do substitutivo), o texto irá, tal qual estiver no final do prazo, para a apreciação direta do plenário da Assembleia Nacional Constituinte para a decisão definitiva.

A Comissão de Sistematização começa a apreciar às 18 horas de hoje o substitutivo e os pedidos de destaque. Votará sempre de forma cronológica, por títulos e capítulos, a começar do preâmbulo à futura Constituição. Seguem-se, amanhã, duas sessões de quatro horas cada uma, às 15 e às 19 horas. No sábado a sessão única será às 15 horas e no domingo às 10 horas. Este calendário prevê que entre o dia 28 e o dia 8 de outubro as sessões diárias serão duas — das 9 às 13 e das 16 às 20 horas.

O primeiro destaque, pela ordem cronológica, é o do deputado José Genofino (PT-SP), que pretendem retirar do texto de Bernardo Cabral a expressão "sob a proteção de Deus". Prevé-se que, se não houver obstrução, o capítulo referente ao sistema de governo, um dos temas mais controversos do substitutivo, chegará ao plenário dentro de duas semanas, a não ser que, por um acordo de lideranças, a votação do tema seja antecipada.

Ao chamar a atenção para a urgência do tempo de votação do substitutivo e dos destaques na comissão de Sistematização, Bernardo Cabral informou que em hipótese nenhuma esse prazo será ampliado. "Se não houver interesse em votar o quanto antes o substitutivo e os destaques, se não houver um entendimento, e prevalecer o confronto dentro do plenário da Sistematização, os interessados nos destaques é que serão prejudicados porque a matéria irá, então, direto para o plenário da Assembleia Nacional Constituinte", afirmou ele.

O relator Bernardo Cabral chamou a atenção para pontos do seu substitutivo não abordados pelos destaques, como a fixação da estabilidade no emprego no próprio texto da Constituição. No primeiro substitutivo, a questão seria posteriormente definida em lei ordinária.

Neste substitutivo, a estabilidade de emprego fica garantida com a

seguinte redação: "Além de outros, são direitos do trabalhador: I — A garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se funde em: a) contrato a termo, nas condições e prazos de lei; b) falta grave, assim conceituada em lei".

Para Bernardo Cabral a garantia de estabilidade no emprego, assunto "de profunda repercussão social", não vem sendo destacada por constituintes que ocupam a tribuna, segundo ele, para críticas "no mais das vezes infundadas, feitas por pessoas que nem sequer se deram ao trabalho de ler atentamente o substitutivo, que considero avançadíssimo".

O relator da Sistematização destacou, também, que seu substitutivo prevê o fim dos marajás ao fixar (para resolução da lei) um mínimo e um máximo de salários possíveis nos três Poderes. Segundo ele, com a promulgação da nova Constituição não mais existirão direitos garantidos, com a consequente diminuição dos salários dos chamados marajás. Ao dar esta informação, o relator disse que quem for marajá que se cuide, porque vai perder dinheiro, e aqueles que quiserem garantir um salário alto "que se aposentem enquanto é tempo".

Bernardo Cabral voltou a afirmar que a sua ideia de um segundo turno presidencial indireto pelo Congresso — não caso do parlamentarismo — não constitui novidade, pelo menos para a cúpula do PMDB, a quem deu conhecimento, na véspera da apresentação do substitutivo, em reunião na casa de Ulysses Guimarães. E voltou a insistir que a sua ideia não consagra a volta do colégio eleitoral, porque esta será uma votação apenas dentro do Congresso Nacional, sem delegados estaduais e municipais como antes.

Para Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, apesar de o elevado número de destaques ao substitutivo de Bernardo Cabral constituir uma demonstração de entusiasmo e participação dos parlamentares, agora chegou o momento do bom senso já que, a seu ver, não seria possível votar todos na Comissão de Sistematização. O senador paulista afirma que os contatos que tem mantido com setores do PMDB e de outros partidos lhe permitem estimar que, mediante conversações, será possível votar uns 200 destaques. "Se formos por esse caminho de votar destaque por destaque, vamos acabar por frustrar o povo", disse ele.

Presidencialista admite derrota

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), autor de uma das emendas em favor do presidencialismo mais elogiadas pelo Palácio do Planalto e pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, não mais acredita na reversão da tendência parlamentarista da Constituinte. E aponta dois motivos: a maioria do grupo parlamentarista na Comissão de Sistematização e a "incompetência" com que o governo, tardiamente, resolveu defender seus interesses. O presidente José Sarney está fraco politicamente, não tem como mobilizar uma estrutura de apoio às suas pretensões, ainda mais desagravando o PFL, observou o parlamentarista.

Fiuza lembra que no início da década de 60 um presidente fraco, João Goulart, conseguiu se fortalecer politicamente e acabar com o parlamentarismo por meio de um plebiscito, enquanto Sarney, que já experimentou índices recordes de popularidade e com dois grandes partidos a lhe dar sustentação política, está cada vez mais fraco e toma medidas desastrosas. O presidencialismo defendido por um presidente fraco não pode ter futuro diante de uma Constituinte majoritariamente parlamentarista, frisou Ricardo Fiuza. Observou que sua opinião é partilhada pela maioria dos membros do grupo presidencialista, embora muitos procurem ainda manter a aparência otimista.

foi desfechada tardiamente, quando a situação já está praticamente definida. E a estratégia não deve funcionar, pelo menos se depender de socorro por parte dos ministros convocados pelo presidente, observa o deputado pernambucano. Essa opinião de Fiuza é compartilhada pelos líderes José Lourenço, do PFL, e Carlos Sant'Anna, do governo, para quem os ministros nada poderão fazer em favor do presidencialismo. Acreditam, até, que melhor teria sido se alguns dos ministros sequer tivessem sido convocados.

Ontem à tarde, Sant'Anna e o deputado Prisco Vianna estiveram com Sarney e o ministro Costa Couto, relatando a evolução da questão na Constituinte.

Tendência vira compromisso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Genebaldo Corrêa (PMDB-BA) estão coletando assinaturas dos parlamentaristas da Comissão de Sistematização da Constituinte, para que eles assumam o compromisso de lutar pela implantação gradual do parlamentarismo. O documento, segundo Cid Carvalho, destina-se a conferir maior consistência às discussões sobre o assunto e a assegurar desde já o compromisso dos parlamentaristas — colhidas 30 assinaturas, no mínimo, o documento será entregue pelo presidente da comissão, senador Afonso Arinos,

ao líder do governo, Carlos Sant'Anna. Acreditam os peemedebistas que, alcançadas as 30 assinaturas, aumentam as possibilidades de entendimento com os presidencialistas, uma vez que, numa primeira fase, o presidente não teria reduzidos seus poderes. Na defesa do parlamentarismo gradual, eles insistem na necessidade de um período de adaptação de três anos, para que o regime parlamentarista vingue. Além disso, argumentam, o presidente José Sarney poderá realizar seu desejo de governar por cinco anos, ao fim dos quais seria eleito o sucessor, já dentro das novas normas.

GRADUALISMO
O secretário-geral do PFL, depu-

tado Saulo Queiroz, contudo, acha que a Comissão de Sistematização vai aprovar a implantação gradual do parlamentarismo e seis anos de mandato para Sarney. A avaliação de Queiroz foi feita com base em levantamentos recentes sobre a posição individual dos membros da comissão. Ou seja, segundo ele, de 54 a 93 integrantes da comissão, de 54 a 96 votarão a favor do parlamentarismo gradual e de seis anos de mandato para Sarney. E calcula que votarão dessa forma os 24 liberais da comissão, de 18 a 20 dos 49 peemedebistas, os seis pedessistas, os três pebedistas e os representantes do PDC, PMB e do PL.

Terça-feira à noite, Saulo Queiroz reuniu-se, no apartamento do líder do PMDB na Câmara, Luiz Hen-

rique, com os deputados Bonifácio Andrada (PDS), Israel Pinheiro Filho, Cid Carvalho, Oswaldo Lima, Artur da Távola e o senador José Fogaça, estes peemedebistas, para mais um balanço das tendências da Comissão de Sistematização. Eles concluíram pela necessidade de manter a unidade das várias correntes parlamentaristas na comissão, excluindo-se do debate as questões transitórias. Ficou acertado que votarão em bloco a favor do parlamentarismo como dispositivo permanente, deixando o modo e a data de sua implantação, bem como o mandato de Sarney, para decisão pelo voto individual. O deputado acrescentou ser visível a crescente dificuldade do Planalto para articular maior apoio ao presidencialismo.

E Sarney está otimista

CARLOS CHAGAS

Trocas de ideias e reflexões feitas ontem pelo telefone e pessoalmente, entre os principais integrantes do chamado alto comando presidencialista, serviram para afastar a sombra da vitória antecipada do parlamentarismo. Nada está decidido, apesar da euforia dos parlamentaristas. Se alguma batalha eles estão ganhando é a batalha da imprensa, pois conseguiram transmitir e até plantar em alguns jornais informações e notícias referentes ao fato consumado que seria a adoção da tese consagrada no projeto Cabral II.

O primeiro a participar desse ponto de vista foi o presidente José Sarney, que antes de viajar para o Rio, bem cedo, a fim de visitar a plataforma de Enchova, deu alguns telefonemas importantes. Conversou com Marco Maciel e com o líder Carlos Sant'Anna, injetando-lhes um pouco de otimismo. De tarde, ao retornar a Brasília, prosseguiu na mesma tarefa e até recebeu o parlamentarista Nelson Carneiro.

O presidente do PFL, por sua vez, manteve-se ocupado por todo o dia, contactando deputados e senadores da bancada liberal, ao tempo em que o líder do governo refazia suas contas. O ministro Ronaldo Costa Couto recebeu parlamentares em seu gabinete e acionou a campanha que chama ministros ao Palácio do Planalto. Lá estiveram pelo menos cinco. Ao contrário do que alguns jornais publicaram, o Ministério continua trabalhando para convencer o maior número possível de constituintes dos riscos que inevitavelmente se abrirão para as instituições e para o regime, caso adotado o sistema parlamentar de governo.

Negociar e continuar conversando com os parlamentaristas, para os defensores do presidencialismo, não significa recuo nem reconhecimento do malogro de seu ponto de vista. O que o presidente Sarney tem praticado e recomendado é o diálogo. Pretende chegar a uma solução capaz de evitar o racha nas forças políticas. Por isso, insiste na proposta de que o Congresso deve ter seus poderes reforçados, precisa compartilhar de responsabilidades de governo e não pode mais permanecer à margem da administração. O que não significa, em momento algum, adesão à proposta parlamentarista consagrada no texto Bernardo Cabral, por sinal um sistema híbrido, confuso, perigoso e nada ortodoxo. O que menos interessa a Sarney é saber se os parlamentaristas desejam a implantação imediata ou gradativa do novo sistema, fórmula esta que pode preservar-lhe os poderes por algum tempo. Não está na luta por motivos pessoais e nem se sensibilizou com a barganha que lhe ofereceram, de permanecer seis anos na Presidência da República.

Para o comando presidencialista, a pedra de toque da discussão atual situa-se nas atribuições do presidente da República. Ele deve continuar sendo chefe de Estado e chefe de governo. Admitem a existência de um primeiro-ministro, como concessão extrema, desde que no exercício

das funções de auxiliar do presidente da República, nomeado e demitido por ele. Aceitam, também, que a Câmara dos Deputados possa manifestar-se contrariamente ao primeiro-ministro ou a um ministro determinado, pelo voto de sua maioria, como acontece no Uruguai, onde o sistema é presidencialista.

Não há possibilidade de acordo, assim, em torno da proposta Bernardo Cabral, que dá ao primeiro-ministro a chefia do governo e à Câmara dos Deputados o poder de administrar o País através dele. Muito menos concordam os presidencialistas com a fórmula da República indireta do presidente da República num fatal segundo turno das eleições presidenciais.

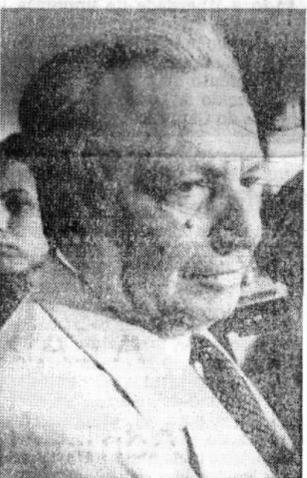
Não há previsão, ainda, de quando a Comissão de Sistematização votará os destaques referentes ao sistema de governo, prevendo-se que isso só aconteça na primeira semana de outubro. Até lá, sabem os presidencialistas, continuará a guerra retórica, para ver quem conquista mais espaço e tempo nos meios de comunicação. Os números não batem, e não se fala mais da apresentação deles dia-a-dia, mas hora a hora. O ideal, para os presidencialistas, seria que os 93 integrantes da Comissão de Sistematização chegassem a um acordo, a ser formalizado pelos líderes dos partidos. A aprovação seria pelo consenso, sem a necessidade de bater chapa, de um presidencialismo aperfeiçoado e acorde com as necessidades do Legislativo.

Caso essa possibilidade fique afastada, o grupo parlamentarista tentará derrubar o capítulo do sistema de governo constante do projeto Bernardo Cabral, até 8 de outubro, na Comissão de Sistematização. Se não conseguir, por injunções ou confirmação, pelos fatos, da retórica atual do grupo parlamentarista, a questão será decidida no embate final, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Serão necessários, aí, 279 votos de deputados e senadores, a metade mais um dos 559 constituintes, para afastar o parlamentarismo e preservar o presidencialismo.

Ficará mais difícil mobilizar esse conjunto, mas impossível não será. Afinal, a tendência que vier a prevalecer na Comissão de Sistematização não precisará, necessariamente, ser imitada pelo plenário. Raciocínio que também pode funcionar em favor dos parlamentaristas. A última votação não acontecerá antes de dezembro, abrindo-se então, com mais tempo, a possibilidade de novas conversações e entendimentos.

Em suma, a gangorra continua em ação. Na semana passada, os presidencialistas davam como certa a vitória de sua fórmula. Nesta, ao menos até ontem, invertiam-se as previsões e eram os parlamentaristas a sorrir. Pode ser que até domingo as coisas se alterem, para mudar outra vez na semana que vem. Só essa instabilidade bastaria para servir de alerta à aventura que se pretende estabelecer no País com o parlamentarismo canhestro agora em debate.

(Brasília/Agência Estado)



Júlio Fernandes
Cid Carvalho



3/12/83
Israel Pinheiro Filho

Para Expedito, sistema será definido no plenário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), líder do Centro Democrático, não acredita na possibilidade de acordo para a votação do sistema de governo proposto pelo relator Bernardo Cabral, e acha que o debate se tornou "radicalizado e adquiriu contornos emocionais, acima do caráter político do sistema de governo". Em sua opinião, por mais que os grupos parlamentarista e presidencialista anunciem vantagem numérica na Comissão de Sistematização, há equilíbrio de forças.

Para Expedito Machado, a questão do regime de governo acabará sendo definida mesmo pelo plenário final da Constituinte, onde acredita que o grupo parlamentarista seja realmente mais numeroso, contando inclusive com os votos do Centro De-

mocrático. O deputado cearense é parlamentarista, mas acha que este não é o momento oportuno para mudanças no sistema de governo, enquanto os constituintes que apresentaram propostas parecem mais preocupados em defendê-las pelo caráter personalista. Acha o parlamentarista que está havendo "excesso de vedetismo" em torno do debate sobre o sistema de governo.

"Insistindo em debater primordialmente uma única questão, como o regime de governo, a Constituinte se afasta de outros problemas sérios e que não estão sendo discutidos como deviam, como a reforma agrária, a ordem econômica e a ordem social, o sistema tributário e a participação do Estado na economia", disse o parlamentarista. Não adianta insistir num acordo que não acontecerá, sobre o regime de governo, concluiu Expedito Machado.



Alencar Monteiro
Expedito acha que debate é radicalizado e emocional

Os juizes protestam contra o substitutivo

AGÊNCIA ESTADO

O artigo 144 do substitutivo de Bernardo Cabral é "inaceitável" e "absurdo" por criar uma "instituição espúria". Os três qualificativos resumem o que os magistrados pensam da intenção do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de criar o Conselho Nacional de Justiça, "órgão de controle externo" do Poder Judiciário e do Ministério Público. A revolta é tão grande que os presidentes dos Tribunais de Justiça de todo País entregaram ontem ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, documento pedindo que essa proposta de Bernardo Cabral seja arquivada. Não só isso: de todos os estados estão sendo enviados telegramas aos constituintes. Na opinião dos magistrados, o Conselho Nacional de Justiça cerceia a atividade do Judiciário, em vez de lhe dar maior independência, antiga reivindicação de desembargadores e juizes.

O protesto contra a ideia de Bernardo Cabral chegou mesmo à paralisação de atividades em algumas capitais do País, por todo o dia de ontem ou temporariamente. As Varas de Justiça pararam, por exemplo, em Curitiba (MS), Rio Branco (AC) e até em Manaus (AM), terra do relator da comissão.

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Luis Renato Pedrosa, foi um dos que mandou telegramas aos constituintes da banca de seu estado, pedindo que os deputados e senadores votem contra o dispositivo que cria o Conselho de Justiça. "Trata-se de uma instituição espúria — protestou Pedrosa. — O

que pretendemos é a completa independência do Poder Judiciário em relação aos demais Poderes, e não será com a criação desse conselho que chegaremos ao que almejamos." Os magistrados paraenses querem a inserção, na futura Constituição, de um artigo que garanta 5% do orçamento e da arrecadação dos estados para o Judiciário, ideia defendida, entre outros, pelos juizes do Rio de Janeiro.

Na opinião do presidente da Associação dos Magistrados do Rio, Tiago Ribas Filho, o artigo 144 do substitutivo discrimina o Poder Judiciário, pois, em seu entender, o relator Bernardo Cabral se esqueceu do controle dos Poderes Executivo e Legislativo. "Essa discriminação é que não pode ser aceita em detrimento de um dos Poderes, quando todos, pela própria Constituição, são harmônicos e independentes", afirmou.

"Ninguém aceita tal proposta", garantiu o desembargador José Joaquim Filgueiras, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, dizendo que o Judiciário não abandonará sua luta "pela autonomia administrativa e independência financeira". Filgueiras é da mesma opinião que o presidente do tribunal de Justiça do Pará, Ossiam Corrêa de Almeida, e muitos outros que se recusam a aceitar a hipótese de o Judiciário "ser fiscalizado por órgãos ou entidades que não fazem parte da magistratura".

Para o vice-presidente do TJ de Pernambuco, Demócrito Reinaldo, todos os magistrados brasileiros estão em "verdadeiro estado de alerta".

E mais protestos em SP

A maioria dos juizes de São Paulo, da Capital e do Interior, participou ontem ativamente do dia de protesto de toda a magistratura do País, incluindo em suas atas de julgamento uma censura ao modo como o Poder Judiciário tem sido tratado pela Constituinte. Os juizes estão desconfortados com o substitutivo de Cabral, que propôs a criação de um Conselho Nacional de Justiça para controlar o Judiciário e discordam da fórmula sugerida para compor o quinto constitucional, isto é, a quinta parte do número de juizes de cada tribunal. Os magistrados encaminharão ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, cópias das atas com seus protestos.

"A escolha correta do quinto constitucional é a feita pelo Tribunal de Justiça, uma vez que significa nomear advogados ou procuradores reconhecidos por seus trabalhos, evitando-se a política interna de cada categoria. A proposta do substitutivo de Cabral essa matéria é uma interferência já feita no âmbito do Judiciário", protestou o juiz Régis de Oliveira, vice-presidente da Associação Paulista dos Magistrados.

O desembargador Dínio de Santos Garcia, quarto vice-presidente do Tribunal de Justiça, disse que a criação de um Conselho Nacional de Justiça foi sugerida pelos constituintes quando eles notaram que, mesmo dominando um quinto da composição dos tribunais, "restariam quatro quintos de juizes para lutar pela independência do Judiciário". Foi daí, acentuou o desembargador, que "surgiu a peregrina ideia de controle externo do Judiciário, atrelando-o ao Legislativo". Isso significa, analisou ele, "que as partes, os governantes, os políticos e as corporações passam a exercer controle sobre as atividades dos magistrados que devem julgá-los".

SISTEMA DE GOVERNO

Para o diretor da Faculdade de Direito da USP, Dalmó Dallari, outra questão, a do futuro sistema de governo, "está sendo discutida com irresponsabilidade". E ressaltou: "Não vejo o debate como de interesse público, mas de grupos. Os parlamentaristas querem o PMDB no governo e os presidencialistas querem que Sarney continue no poder".